

DA SECULARIZAÇÃO À PROFANAÇÃO, DA ESCATOLOGIA
AO MESSIANISMO: GIORGIO AGAMBEN E AS ASSINATURAS
TEOLÓGICAS DO PODER MODERNO¹

Caetano Sordi²

Resumo: Este artigo discute os conceitos de secularização e profanação, escatologia e messianismo, a partir da obra recente do filósofo italiano Giorgio Agamben, sobretudo os livros *O Reino e a Glória* (2007) e *Profanações* (2005). No primeiro livro, o autor opera uma genealogia conceitual que busca iluminar as assinaturas teológicas sob os conceitos de “governo” e “economia” na tradição ocidental, de modo a reconstituir sua progressiva secularização. Nesse sentido, Agamben pode ser considerado um continuador da teologia política de Carl Schmitt (1888-1985), para a qual todos os conceitos políticos modernos seriam conceitos teológicos secularizados. No entanto, ainda que o autor concorde com Schmitt quanto ao fato de que a política moderna possui certas “assinaturas” teológicas, o conteúdo propriamente político ou normativo da sua agenda intelectual destoa da visão autoritária esboçada por Schmitt como consequência da teologia política, aproximando-se, a bem da verdade, de um neomessianismo anárquico e radical. Este neomessianismo, argumenta o artigo, é representado pelo conceito de *profanação*, que aparece na obra de Agamben como a antítese estrutural da *secularização*.

Palavras-chave: Giorgio Agamben; Teologia política; Secularização; Poder moderno.

Abstract: The article discusses the concepts of secularization and profanation, eschatology and messianism, in the work of Italian philosopher Giorgio Agamben,

¹ Este artigo é fruto da minha monografia de conclusão de curso, denominada “*Da Secularização à Profanação: uma discussão a partir da genealogia teológica dos conceitos de governo e economia em Giorgio Agamben*”, defendida em 2012 no curso de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Prof. Agemir Bavaresco. Agradeço ao professor orientador, bem como aos professores Norman R. Madarasz e Nythamar F. de Oliveira pela apreciação do trabalho e por suas sugestões.

² Filósofo (PUCRS), mestre e doutorando em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS). E-mail: caetano.sordi@gmail.com

especialmente os livros *Il regno e la gloria* (2007) e *Profanazioni* (2005). In the first of these, the author works with a conceptual genealogy that seeks to illuminate the theological signatures under the concepts of “government” and “economy” in the western tradition, in order to reconstitute its progressive secularization. In this sense, Agamben can be considered a follower of Carl Schmitt’s (1888-1985) political theology, for which all modern political concepts were secularized theological concepts. However, even if the author agrees with Schmitt that modern politics has some theological “signatures”, the political and normative content of his intellectual agenda clashes with Schmitt’s authoritarian view, rather approaching a radical and anarchical neo-messianism. The article argues that this neo-messianism is represented by the concept of *profanation*, which appears in Agamben’s work as the structural antithesis of *secularization*.

Keywords: Giorgio Agamben; Political theology; Secularization; Modern power.

De acordo com uma tradição filosófica atualmente representada por pensadores como Jürgen Habermas, o decurso histórico da Modernidade coincide com o decurso histórico daquilo que se convencionou chamar de *secularização*. Giorgio Agamben (2011) registra que este conceito desempenhou um papel estratégico na cultura moderna, sobretudo após a obra de Max Weber, através da qual ele passou a significar o enfraquecimento do religioso nas sociedades ocidentais sob a forma de “desencantamento do mundo” [*Entzäuberung der Welt*]. Na mesma linha, Simon Critchley (2012) argumenta que a secularização é comumente compreendida como a separação moderna entre política e teologia, espaço público e espaço privado, Estado e religião, preconizada pelo Iluminismo em sua defesa do Estado laico e da liberdade religiosa.

Na medida em que a política e o Estado modernos se erigem a partir de uma exclusão das justificações teológicas da soberania, o poder e seu exercício tiveram de encontrar alhures, isto é, para além da divindade e sua transcendência *a*-histórica, seu manancial de legitimação. Assim, rupturas e eventos críticos na ordem histórica – como guerras, revoluções e insurgências populares – passaram a concentrar no imaginário moderno o ideário da fundação da ordem política e da violência legitimada: serão a Independência Norte-Americana (1779) e a Revolução Francesa (1789), eventos fulcrais da